

FESTEJOS JUNINOS, COVID-19 E REBATIMENTOS PARA OS AGENTES CULTURAIS¹

Carmen Lúcia Castro Lima²
Carolina Cunha Dantas³
Lúcia Maria Aquino de Queiroz⁴

Resumo: O presente artigo analisa os efeitos da crise, decorrente da pandemia Covid-19, para os agentes culturais - bandas e grupos musicais; organizadores de festas privadas, profissionais da cultura e prestadores de serviços - que participam dos festejos juninos na Bahia. A análise tem como base a pesquisa: “Impactos da Covid-19 nos Festejos Juninos da Bahia”, do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). Esta é uma investigação exploratória que entrevistou 213 pessoas no período de 10/7/20 a 18/10/20. A pesquisa possibilitou observar que, se os profissionais dos festejos juninos estivessem centrados no rol das prioridades dos estados e municípios, onde as festas de junho têm grande expressão cultural e econômica, os reflexos do atual momento, poderiam ser mais facilmente controlados ou amenizados. Esses impactos foram evidenciados, mais intensamente, devido à tamanha fragilidade que já compõe o histórico de alguns elos da cadeia produtiva. Espera-se que esta pesquisa colabore para referenciar ou estimular políticas públicas direcionadas para o conjunto das tradições juninas e para as demais festas populares brasileiras.

Palavras-chave: Covid-19. Festejos Juninos. Bahia. Economia Criativa.

1 - Festas Populares, Festejos Juninos e Reflexos da Pandemia

As festas populares são uma expressão da identidade cultural do Brasil, tanto no que se refere ao reconhecimento da própria sociedade, naquilo que vê sentido e se apropria, quanto na imagem construída como nação para o resto do mundo. Entretanto, nem sempre ocorre a convergência entre a imagem projetada em torno de um aspecto cultural e a referência interna apropriada pela população local.

Mas o Brasil, tal como é conhecido, reconhece-se também como o país do carnaval, ou dos “muitos carnavais”, como lembra o professor Paulo Miguez⁵, em

¹ Artigo derivado, não integralmente, do trabalho “Efeitos da Covid-19 nos Festejos Juninos da Bahia: os reflexos para os agentes culturais”, publicado em Políticas Culturais em Revista, v.14, n.1 (2021).

² Professora Doutora UNEB; pesquisadora OBEC-BA. E-mail: carmen.lima20@gmail.com.

³ Mestranda em Cultura e Sociedade, UFBA; pesquisadora OBEC-BA. E-mail: carolina@pinaunaeditora.com.br.

⁴ Professora Doutora UFRB; pesquisadora OBEC-BA. E-mail: luciamaqueiroz@yahoo.com.br.

⁵ Para Miguez, “os festejos carnavalescos, no Brasil, apresentam dimensões específicas e particulares em quaisquer das cidades onde sua realização tenha alguma importância, fato que, se não descaracteriza a

referência ao título de uma canção de Caetano Veloso. E talvez por toda esta propriedade simbólica, aliada à grande riqueza existente e apreciada pelo encontro de tantas influências culturais, que são históricas e dão contornos às festas típicas do país, as celebrações nacionais (e não só o carnaval) reuniram potencial, na era da midiaticização, para suas configurações como indústria. Assim, os festejos populares se transformaram em grandes eventos, estimulados por setores da indústria cultural - como o audiovisual, a música e a publicidade - e segmentos relacionados, como o turismo.

Com isso, entre as últimas décadas e os dias atuais, a organização das festas populares tem-se transformado em uma das mais fortes indústrias culturais brasileiras. Nesse sentido, Paulo Miguez relata:

Assim é que Prestes Filho (2007) dá conta de uma movimentação financeira da ordem dos R\$ 700 milhões, referindo-se ao carnaval carioca de 2006. A imprensa pernambucana, citando dados da empresa estadual de turismo, informa que os festejos carnavalescos em Recife e Olinda, em 2012, injetaram cerca de R\$ 773,6 milhões na economia do estado (CARNAVAL..., 2012). Além disso, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia contabilizou um movimento financeiro de mais de meio bilhão de reais no carnaval de 2007 (INFOCULTURA, 2007). (MIGUEZ, 2012, p. 210, 211).

É importante frisar que, como mencionado, esta indústria se estrutura sobre os elementos simbólicos, o valor e o envolvimento que emerge das próprias comunidades, de onde tradicionalmente se tecem os contextos de iniciação e da continuidade por gerações dos festejos. E nesta dinâmica mais contemporânea atuam interesses diversos, paralelamente e, ao mesmo tempo, com seus entrelaçamentos. Assim “as festas não significam tão somente música, dança e celebração. São, também, caracteristicamente, um território marcado por disputas e tensões de várias ordens. São, sempre, uma arena de conflitos” (MIGUEZ, 2012, p. 209).

Conflitos decorrentes da tendência a um ecossistema não equilibrado, em que os fatores econômicos relacionados aos universos políticos e das outras indústrias que atravessam a cultura das festas têm se sobreposto, sem se considerar, muitas vezes, que eles são dependentes dessa matriz mais comunitária e tradicional.

ideia do carnaval como um luminoso ‘símbolo nacional’, sugere, fortemente, que não somos o ‘país do carnaval’, mas sim um país de ‘muitos carnavais’” (MIGUEZ, 2012, p. 210)

Matriz esta, que, mesmo diante do grande apelo das culturas de massas, é quem emprega as características da identidade, formada a partir também das peculiaridades, o que dá sustentação ao potencial de atração das festas e nunca deixa de ser ponto referencial para as mesmas.

Sobre este aspecto, Nóbrega comenta:

Nas cidades, as festas populares se perpetuaram graças às iniciativas das comunidades responsáveis pela manutenção dessas tradições, passadas de pai para filho e são reiteradas coletivamente através de celebrações, representações e festas. Entretanto, cada vez mais, no mundo contemporâneo, essas festas passaram a significar um importante momento para a economia das cidades, levando a que as esferas de governo e os agentes econômicos se interessassem pela sua existência, perpetuação e difusão fora dos limites municipais. Elas estão no centro de qualquer política de turismo, seja no âmbito da cidade, da região ou do país, a depender da sua grandeza e impacto no imaginário fora dos limites da comunidade que a produz (NÓBREGA, 2012, p. 205, 206).

Quanto aos festejos juninos, especificamente, estes têm representado, quando não o momento único de atração turística e de maior aporte financeiro por parte da gestão pública municipal das cidades nordestinas para a organização de uma festa popular, o período principal para isto, contexto em que pode ser enquadrada a maioria destas celebrações nas cidades do interior da Bahia. Indubitavelmente, as festas juninas trazem expressivos reflexos para a economia de um significativo número de municípios, além da sua ampla simbologia nas relações de pertencimento das pessoas com o seu território, na confraternização de grupos e famílias. São ainda fundamentais enquanto estratégia de abstração da complexidade da realidade cotidiana, e fontes para o incremento de renda, geração de empregos, no sentido utilitário e da sobrevivência material.

O comércio e os serviços, nos mais diversos segmentos, nas cidades do interior, são dinamizados de tal forma que o período dos Festejos Juninos, em alguns lugares, representa um momento de alta nas vendas, equiparado, ao longo do ano, somente ao Natal, ainda haja alguma distinção entre as atividades econômicas beneficiadas em cada um desses eventos. Do setor de alimentos e bebidas ao de calçados e vestuário, da rede de hospedagem à locação de transporte, da locação de equipamentos de som e iluminação à contratação de músicos. Isso, sem falar na demanda por produtos da agricultura familiar, por itens adquiridos nas feiras livres, que englobam um conjunto amplo, a exemplo das comidas, mas, também, objetos

para decoração de casas, salões e terreiros, dentre tantos outros, além do comércio de fogos de artifícios.

No amplo segmento formado pela economia da cultura, há que se ressaltar a existência de um vasto conjunto de atores e organizações culturais de pequeno porte, como artistas, bandas e grupos oriundos das cidades que sediam os eventos, e mesmo de outras áreas, que têm o período junino como central para a geração das suas receitas neste viés artístico. Esses atores culturais, em geral, desempenham significativo papel no fortalecimento do vínculo desta manifestação popular com o tradicional.

Este e outros aspectos aqui já mencionados sinalizam para a centralidade que as celebrações aos santos juninos podem representar, ao longo do ano, para o comércio e serviços, de uma forma mais generalizada, contribuindo expressivamente para a economia local, ainda que os seus rebatimentos não sejam, em absoluto, restritos ao campo econômico.

Em abril de 2020, foi anunciado, pelo governo do Estado, o cancelamento dos festejos juninos desse ano. Tal medida teve como intuito evitar aglomerações e consequente transmissão do novo coronavírus em grande escala. Outra justificativa foi no sentido de focar os esforços na aplicação dos recursos públicos (estaduais e municipais) para prevenção e tratamento dos doentes.

No estado, em 2019, mais de 300 municípios realizaram os festejos de Santo Antônio, São João e São Pedro, mobilizando milhares de pessoas e diversos segmentos na produção e na participação dos eventos. A estimativa de um conjunto de órgãos, que opera em estradas e no deslocamento marítimo na Bahia, é que, no período dos festejos juninos, mais de um milhão de soteropolitanos saíram da capital em direção ao interior do estado (HERMES, 2020).

O cancelamento impactou diretamente o setor cultural, em que um conjunto de profissionais auferem uma boa parte do seu rendimento anual durante os festejos juninos. Além disso, como já discutido, as festas desse período se tornaram um importante produto turístico para vários municípios. Cidades de porte médio, como Amargosa, Senhor do Bonfim, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Piritiba

atraem muitos turistas, e muitas vezes a população visitante chega a se igualar à população da cidade.

Além do setor cultural e turístico, outras atividades, que se beneficiam dos festejos juninos, foram afetadas pela suspensão. Dentre os principais segmentos atingidos destacam-se os restaurantes, supermercados, aluguel de imóveis, hotéis, mercado imobiliário, transporte, decoração, produção artesanal de comidas e bebidas típicas, comércio de alimentos, revendedores de bebidas, roupas, calçados e combustíveis, barraqueiros e artesanato.

Respalado em pesquisa direta, fruto do desdobramento de um trabalho de investigação nacional (CANEDO; PAIVA, 2020) do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), que objetivou mensurar os impactos da pandemia na Economia Criativa, o presente artigo apresenta alguns resultados da pesquisa “Impactos da COVID-19 nos Festejos Juninos da Bahia”. Estes se referem às implicações do cancelamento do evento, em 2020, para os agentes culturais que participam dos festejos juninos na Bahia. Além dessas informações, a investigação buscou ainda analisar os rebatimentos da não realização das festas juninas para municípios e associações comerciais e de barraqueiros; identificar medidas de enfrentamento, consequentes da suspensão ou cancelamento desta celebração e contribuir para as ações das gestões públicas municipais e estadual na elaboração de medidas de enfrentamento (LIMA, QUEIROZ, 2020).

A pesquisa pode ser considerada exploratória haja vista que trata de um universo que não foi, previamente, delimitado e busca uma proximidade da realidade do objeto estudado. Os dados foram coletados no período de 10/07/20 a 18/10/20, com a aplicação de 213 questionários sendo: 115 para bandas e grupos musicais; 14 para organizadores de festas privadas e 84 para profissionais da cultura e prestadores de serviços. A metodologia envolveu: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2008). A amostra dos agentes entrevistados foi definida pela técnica “bola de neve”, pela qual os indivíduos selecionados para serem estudados indicaram novos participantes.

Além dessa parte introdutória, em que se buscou discutir o papel das festas, os festejos juninos e os reflexos da pandemia, este artigo apresenta mais três seções. Na próxima, são apresentados os resultados da pesquisa no que se refere aos agentes culturais. Na seção 3, são discutidas medidas e recomendações para apoiar os festejos juninos, sugeridas pelos atores entrevistados. E por último, são apresentadas as considerações finais.

2 - Reflexos do Cancelamento dos Festejos Juninos para os Agentes Culturais

Na presente seção são discutidos os efeitos do cancelamento dos festejos juninos para os agentes culturais. Foram considerados os seguintes atores: bandas e grupos musicais, profissionais de cultura e prestadores de serviço e organizadores de festas privadas.

2.1. Perfil dos Agentes Culturais

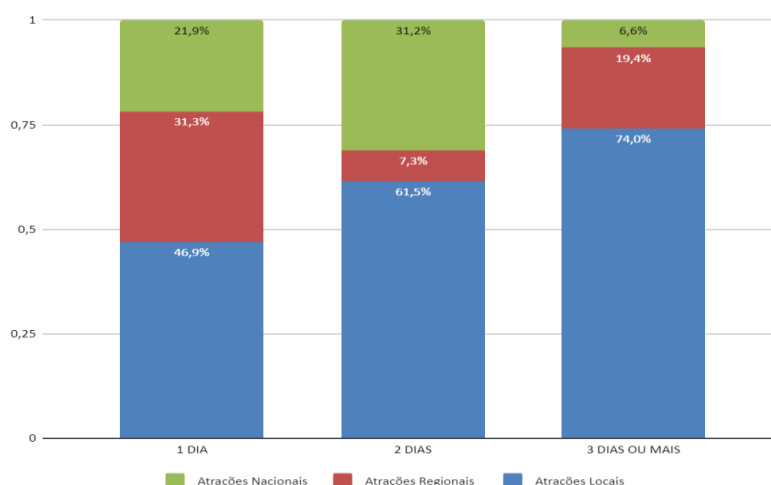
No que diz respeito às festas privadas, foram considerados 14 respondentes, entre os eventos mais conhecidos e de maior número de participantes no Estado da Bahia. Entre esses, 64,3% haviam realizado este tipo de evento há mais de dez anos e 35,7% a menos de dez. Quanto à duração do evento, oito dessas festas são realizadas em apenas um dia, enquanto que quatro possuem duração de mais de três dias e apenas duas duram de dois a três dias (LIMA; QUEIROZ, 2020).

De acordo com os respondentes da pesquisa, em 2019, aproximadamente 126 mil pessoas participaram das festas privadas que produziram. O número de participantes nestes eventos costuma apresentar uma ampla variação. Enquanto um entrevistado revelou ter atraído 60 mil pessoas para o seu evento, realizado em cinco dias, outro afirmou ter recebido 10 mil participantes em igual número de dias. Nas festas realizadas em apenas um dia, o público revelado variou entre o mínimo de 500 ao máximo de 10 mil frequentadores (LIMA; QUEIROZ, 2020).

Outro aspecto interessante diz respeito às atrações musicais contratadas para as festas privadas. Os eventos com duração igual ou superior a três dias efetuaram uma maior contratação de atrações musicais oriundas do próprio município. No conjunto daqueles com dois dias de duração, os respondentes afirmaram que 61,5%

das suas atrações são locais, 31,2% de fora do estado e 7,3% são artistas de outras regiões da Bahia. Já nos eventos com um dia de duração, os artistas locais correspondem a 46,9% das contratações dos respondentes, seguidos pelas atrações de outras localidades (31,3%) e dos demais estados da Federação (21%). (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição dos tipos de atrações de acordo com a duração das festas



Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração Própria, 2020.

Outra categoria em que a pesquisa buscou informações sobre o impacto da Covid-19 em suas atividades foi a de “profissionais da cultura prestadores de serviços”. Estes são pessoas que prestam serviços durante os festejos juninos de forma independente, ou seja, não estão ligadas, de forma permanente, a alguma banda ou grupo.

Entre as atividades desempenhadas pelos 84 profissionais respondentes destacam-se, em 2019, as funções de produtor (25%), instrumentista (17,9%) e cantor (16,7%).

Na categoria de entrevistados “bandas e grupos musicais”, parcela significativa dos respondentes (35,6%) participa dos festejos juninos há mais de 20 anos, e 32,2% têm entre 10 a 20 anos de experiência. Dentre as 115 pessoas que responderam a este questionário, sobressaem: cantores (52,2%), empresários (19,1%), instrumentistas (13%) e produtores (6,1%) (LIMA; QUEIROZ, 2020).

Quando questionados em relação ao número de pessoas envolvidas nas atividades das bandas e grupos durante os festejos juninos em 2019, 46,9% afirmaram que as equipes foram compostas de 6 a 15 pessoas.

2.2. Principais impactos

A maioria das respostas nos questionários de “bandas e grupos musicais” e “profissionais da cultura e prestadores de serviços” indicou a interrupção das atividades e o cancelamento de contratos como os maiores impactos para suas atividades.

O cancelamento total de contratos foi sinalizado como o maior impacto pelas bandas/grupos (por 87,8% destas), sendo também sentido de idêntica forma por 39,3% dos profissionais e prestadores. Estes últimos atores culturais sofreram ainda mais intensamente a interrupção total de atividades, sentida por 63,1% dos componentes deste grupo que responderam à pesquisa. Deste resultado pode-se inferir uma maior informalidade nas relações contratuais dos profissionais da cultura/prestadores de serviços, se comparado com as bandas que, em geral, necessitam formalizar os contratos antecipadamente. Os contratantes, aqui representados pelos respondentes do questionário de festas privadas, ratificam a tendência observada acima. Cerca de 50% revelaram ter realizado o cancelamento total dos contratos já fechados com artistas e serviços para a edição do evento que ocorreria em 2020 (LIMA; QUEIROZ, 2020).

Percentual equivalente a 57,1% dos respondentes do questionário de festas privadas já haviam planejado ou anunciado a edição da festa para 2020, com 28,6% tendo, inclusive, iniciado a venda de ingressos e camisas. Em seu conjunto, 64,3% dos organizadores de festas indicaram ter perda financeira de até 100 mil reais neste ano (LIMA; QUEIROZ, 2020).

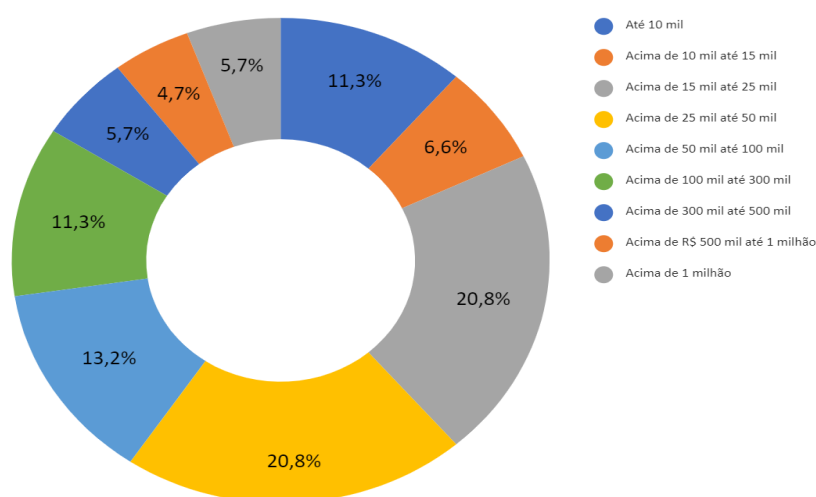
Os impactos mais sentidos, tanto pelos contratantes de serviços como pelos contratados, são diretamente relacionados com as fontes de receitas dos respondentes da pesquisa. Em uma pergunta de múltipla escolha, festas privadas (57,4%), cachês (40,9%) e patrocínio público municipal (55,7%) configuraram como as três opções mais indicadas para a composição da renda de bandas e grupos musicais durante os festejos juninos. Contudo, quando indagados sobre as principais

fontes de receita – as que possuem maior importância para a composição da renda - as respostas diferem em relação ao dado anterior. Para 34% das bandas e grupos, o patrocínio público municipal é a fonte de receita prioritária, seguida por cachês (28,7%) e festas privadas (20%) (LIMA; QUEIROZ, 2020).

Quanto aos profissionais da cultura e prestadores de serviços participantes da pesquisa, em mais uma questão de resposta múltipla, grande parte indicou ter a sua renda composta por atividades realizadas junto às bandas (31%), governo municipal (44%) e festas privadas (47,6%) (LIMA; QUEIROZ, 2020). Os gráficos 2 e 3 a seguir indicam a estimativa de perda financeira para as bandas e grupos musicais e profissionais da cultura por conta do cancelamento dos festejos juninos.

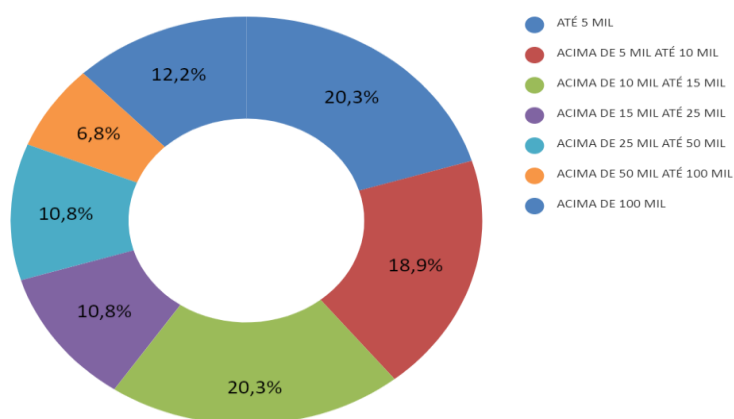
Além do impacto sobre as atividades e renda dos profissionais que trabalham diretamente para a realização dos festejos juninos, o cancelamento dos eventos influenciou também setores estruturais dos municípios. Ao perguntar às bandas e aos grupos musicais sobre os serviços mais utilizados nos locais onde se apresentavam durante o período junino, alimentação e hospedagem foram os dois mais citados, por 62,6% e 51,3% dos respondentes, respectivamente (LIMA; QUEIROZ, 2020).

Gráfico 2: Estimativa de perda financeira de bandas e dos grupos musicais



Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração Própria, 2020.

Gráfico 3: Estimativa de perda financeira dos profissionais da cultura e dos prestadores de serviços



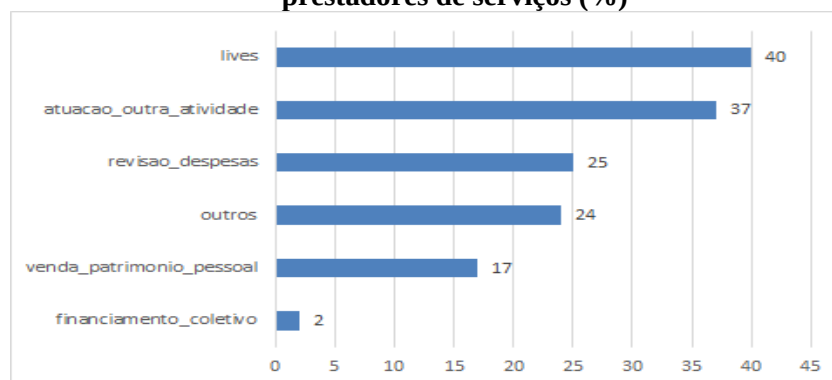
Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração Própria, 2020.

2.3. Estratégias de enfrentamento

Com o cancelamento dos festejos juninos na Bahia, bandas e grupos artísticos e os profissionais e prestadores de serviços tiveram que se adaptar aos novos desenhos de realidade. Em certa medida, conseguiram adotar novas estratégias para enfrentamento das crises sanitária e econômica.

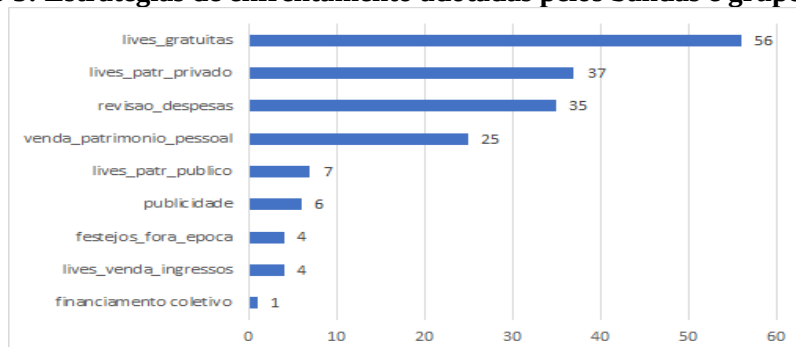
Para os profissionais e prestadores de serviços, as principais estratégias utilizadas foram as *lives*, as gratuitas, sem patrocínios, e a atuação em outras atividades geradoras de renda. Já as bandas e os grupos musicais lançaram mão, principalmente, das *lives* (gratuitas ou patrocinadas). Outras ações realizadas pelos agentes culturais, para o enfrentamento da crise, foram revisão de despesas e venda de patrimônio pessoal. Ver Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Estratégias de enfrentamento adotadas pelos profissionais de cultura e prestadores de serviços (%)



Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração Própria, 2020.

Gráfico 5: Estratégias de enfrentamento adotadas pelas bandas e grupos musicais (%)



Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração Própria, 2020.

3 - Medidas Sugeridas e Recomendações de Ações

A pesquisa procurou investigar, junto aos entrevistados, quais ações necessárias para mitigar os efeitos do cancelamento dos festejos juninos. No conjunto das respostas (Figura 1), as *lives* sobressaíram como a sugestão mais indicada, possivelmente em função do amplo uso desta forma de transmissão durante a pandemia, que passou a ser o jeito mais simples, rápido e seguro de conectar os artistas com o seu público. Os entrevistados, em grande maioria, indicaram que as *lives* deveriam ser fruto de editais públicos ou patrocinadas pelo governo e/ou iniciativa privada.

Figura 1: Medidas indicadas pelos agentes culturais como sugestões de enfrentamento



Fonte: Pesquisa Direta. Elaboração Própria, 2020.

Foram também citadas ações de formação, direcionadas à manutenção das tradições e à capacitação dos artistas e empresários, o lançamento de editais públicos, a implementação da Lei Aldir Blanc, que até o momento das entrevistas

não havia sido executada pelos estados e municípios. A implantação de políticas públicas direcionadas aos festejos juninos e a oferta de uma linha de crédito especial para os agentes culturais aparecem também dentre as proposições mais indicadas.

Outra proposta recorrente foi a realização de um festival das tradições juninas no final de 2020, possivelmente em 13 de dezembro, data comemorativa ao nascimento de Luiz Gonzaga. Esta, inclusive, poderia fazer parte do calendário de eventos do estado da Bahia. Como referencial pode ser citado o “Festival Viva Gonzagão”, em Pernambuco, que em 2019 realizou a sua 16ª edição.

Uma das sugestões foi a criação de um Centro Cultural das Tradições Juninas na Bahia. Outra demanda foi a necessidade do Registro do Forró como Patrimônio Imaterial do Brasil. A formação de uma nova geração de artistas, como cantores de forró, sanfoneiros, triangulistas, zabumbeiros e dançarinos de quadrilha, foi indicada como uma possível ação governamental.

A valorização da tradição local, que vai além dos problemas referentes ao cancelamento dos festejos juninos, foi uma proposição bastante indicada. Os artistas locais dependem, de forma expressiva, das contratações efetuadas no próprio município de origem, em geral pela prefeitura e, em alguns casos, por organizadores de festas privadas. Estes, entretanto, recebem um tratamento incompatível com a sua representatividade nas tradições juninas, em que, para eles, são destinadas: baixas remunerações; equipamentos de som pouco qualificados e palcos mais afastados do grande público. Em contraposição, os atores famosos, renomados pela mídia, que, em uma só noite, fazem dois ou três shows no palco principal e recebem remunerações superiores.

Com base na leitura das sugestões, percebeu-se que os atores dos festejos juninos demandam políticas públicas estruturantes. Nesse sentido, foram desenhadas as seguintes recomendações:

- Elaborar editais que contemplem a realização de cursos, virtuais ou presenciais, vinculados às tradições juninas, a exemplo de cursos de música típica, gastronomia, dança, decoração, vestuário, bebidas, dentre outros.

- Construir e promover editais que abarquem outras demandas de coletivos e grupos relacionados aos festejos juninos. Tais como: *lives*, concursos, festivais e outros.
- Lançar editais de premiação que contemplem mestres e detentores do saber e do fazer populares das tradições juninas.
- Suporte para elaboração do dossiê para o reconhecimento do Forró enquanto Patrimônio Imaterial.
- Realização do Festival Luiz Gonzaga, na modalidade presencial ou virtual, ainda em 2020, respeitando as tradições e contratando os artistas de forma remunerada.
- Criação de uma linha de crédito especial, exclusivo para os agentes da economia dos festejos juninos.

4 - Considerações Finais

A pandemia impactou, significativamente, a dinâmica do setor cultural. Este, que depende do encontro entre pessoas e da presença em espaços fechados ou de aglomerações, foi um dos segmentos mais afetados em sua forma de subsistência e existência.

Por conta do isolamento social, os festejos juninos, na Bahia, foram as primeiras festas populares, de grande porte, canceladas no Brasil. Foi a primeira vez, desde 1961, ano em que uma grande seca acometeu o estado, que as celebrações do mês de junho não ocorreram na Bahia.

Os grupos e artistas dotados de menor capital e estrutura disponíveis foram bastante afetados. Estes precisaram mobilizar campanhas de arrecadação de cestas básicas; se desfazer de patrimônio pessoal, inclusive, não em raras oportunidades, do próprio instrumento musical; buscar outras fontes de renda em setores completamente distintos do artístico e aguardar encaminhamentos da Lei de Emergência Cultural – Aldir Blanc. Entretanto, raras foram as estratégias de políticas públicas, em esfera regional, estadual e municipal, direcionadas especificamente para as festas populares ou, em especial, para os Festejos Juninos,

se considerado o período efetivo do cancelamento ou momento imediatamente posterior.

É possível cogitar que, se os profissionais dos festejos juninos estivessem centrados no rol das prioridades dos estados e municípios, onde as festas de junho têm grande expressão cultural e econômica, os reflexos do atual momento, poderiam ser mais facilmente controlados ou amenizados. Esses impactos foram evidenciados, mais intensamente, devido à tamanha fragilidade que já compõe o histórico de alguns elos da cadeia produtiva.

Cabe frisar a necessidade de um maior equilíbrio entre os interesses na realização desses eventos, de forma a que se alcance uma efetiva sustentabilidade, incluindo uma maior atenção à necessidade de fomento às manifestações mais tradicionais. Assim, é essencial o estabelecimento de políticas públicas dirigidas aos atores responsáveis - mestres, músicos, dançarinos, quadrilhas, artesãos, barraqueiros, artistas visuais, costureiros, vendedores de comidas típicas, fabricantes de licor, ambulantes - que são essenciais nessas festas populares.

Há que se ressaltar que, após a realização da pesquisa abordada neste artigo, os editais da Lei Aldir Blanc foram lançados pelo estado da Bahia e por diversos municípios baianos. Na esfera estadual, o Centro de Culturas Populares do Estado da Bahia, uma das unidades executoras de políticas culturais relacionadas à Secretaria Estadual de Cultura, realizou premiações para alguns segmentos das manifestações culturais mais tradicionais, como as quadrilhas e mestres de cultura popular, contemplando alguns relacionados com os saberes e fazeres da cultura junina baiana. Por se tratar de premiações, não foram apresentados, pelo menos a partir desta unidade mais relacionada às manifestações matriciais, projetos que estivessem prevendo capacitações ou a realização de festivais online, que agregassem maior número de agentes contemplados simultaneamente, como indicado pelas principais proposições de medidas apontadas pelos entrevistados. Um levantamento sobre o perfil de editais e resultados alcançados no âmbito dos municípios com a Lei Aldir Blanc poderia identificar em que proporção estas medidas sugeridas podem ter sido contempladas.

Em adição, tendo em vista o alcance ainda extremamente limitado da vacinação contra a Covid-19 da população baiana (situado em torno de 14% em abril/2021), e o pronunciamento do Governador do Estado da Bahia de que a realização dos festejos este ano depende do percentual de imunização, os indicativos são de suspensão do evento pelo segundo ano consecutivo. A inexistência de uma política mais estruturada, discutida, planejada, para evitar os acúmulos dos impactos para os agentes culturais e para a economia, de forma mais ampla, das cidades do interior do Estado, aponta para o ainda restrito aproveitamento de dados e análises procedentes de pesquisas que possam direcionar planos e ações.

REFERÊNCIAS

- CANEDO, D; PAIVA, C.(Org.). *Impactos da Covid-19 na economia criativa*. Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). Salvador. 2020.
- GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- HERMES, M. *Cancelamento das festas juninas terá forte impacto econômico*. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2126359-cancelamento-das-festas-juninas-tera-forte-impacto-economico>. Acesso em: 23/11/2020.
- LIMA, C; QUEIROZ, L, ET ALLI. *Efeitos da Covid-19 nos Festejos Juninos da Bahia: os reflexos para os agentes culturais*. CULT: Políticas Culturais em Revista v.14, n.1, Salvador: UFBA, 2021.
- LIMA, C; QUEIROZ, L. (Org.) *Impactos da COVID-19 nos Festejos Juninos da Bahia*. Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). Salvador. 2020.
- MIGUEZ, P.. *A Festa: inflexões e desafios contemporâneos*. In: MIRANDA, Nadja; RUBIM, Linda (Org.). *Estudos da Festa*. Salvador: Edufba, 2012. (Coleção CULT; n. 11)
- NOBRÉGA, Z. *A festa do maior São João do Mundo*. In: MIRANDA, N.; RUBIM, L(Org.). *Estudos da Festa*. Salvador: Edufba, 2012. (Coleção CULT; n. 11)
- PORSSE, A. A.; SOUZA, K. B. de; CARVALHO, T. S.; VALE, V. A. *Impactos Econômicos do COVID-19 no Brasil. Nota Técnica NEDUR-UFPR N° 01-2020*, Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (NEDUR) da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Abril/2020.